



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

				do Pissidisate	Expeça-se	
\boxtimes	REQUERIMENTO	Número § 36 /XI (1.		366652	Publique-se	
	PERGUNTA	Número /XI (a Com	#icação	2010/07/21	
			05.621	02/_/	Q Secretário da Mesa	
			_10	07/57	reconcie	
Assu	Into: Aeroporto do Porto	Santo (Recuperação da	pista)			
Dest	inatário: I	•	•			
	o Ministro da	Defesa Nacional				
				An Alexandração do SENCO AN. 20 E. Secretiva da Mesa		
Senh	or Presidente da Asse	embleia da República			10.4-21	
Exce	lência,			All many characters are a resident and the second a	L- Jun	

O Aeroporto do Porto Santo constitui uma infra-estrutura de interesse nacional e, mesmo estratégico, para Portugal e para os nossos aliados, designadamente no âmbito da NATO.

Naturalmente que aquele Aeroporto serve as populações do Porto Santo e da Madeira nas suas deslocações entre as duas ilhas, constituindo, também, alternativa ao Aeroporto da Madeira, essencial à segurança do transporte aéreo, quando, designadamente por razões meteorológicas, deixa de ter condições de operacionalidade.

A componente militar e a sua utilização, designadamente pela Força Aérea, revela-se da maior importância e ganha particular relevância, no âmbito dos nossos compromissos internacionais e das "Alianças" que integramos.

O intenso grau de utilização das pistas do Aeroporto do Porto Santo, durante mais de quinze anos – data da última reparação –, vem, naturalmente, provocando acentuado desgaste daquela infraestrutura.

Está, pois, a pista do Aeroporto do Porto Santo a carecer de urgente reparação, o que, por elementares razões de segurança, não pode ser mais adiado.

Estando em causa uma infraestrutura de interesse e dimensão nacional, com a referida bivalência civil e militar, impõe-se que seja o Orçamento do Estado, de forma repartida entre as





ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

dotações do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e do Ministério da Defesa Nacional, a incluir a verba necessária para fazer face ao encargo da reparação em causa.

É certo que estamos num período de contenção financeira, mas exactamente por isso, tornase necessário definir prioridades.

Ora, uma questão essencial, em termos de segurança, como é a obra em causa, não pode deixar de ser prioritária, sendo certo que nem se poderá considerar estarem envolvidos custos excessivos, pois estão estimados em seis milhões de euros.

Vêm assim os deputados signatários requerer que, através do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e do Ministério da Defesa Nacional, lhes seja informado se estão a ser adoptadas providências para a inscrição no Orçamento do Estado para 2011, das dotações necessárias à realização daquela obra, atenta a sua urgência.

Mais requerem, que se tal não tiver sido já providenciado, sejam articuladas entre os dois Ministérios as diligências necessárias para tal efeito.

Palácio de São Bento, 20 de Julho de 2010

Os Deputados,

Guilherme Silva

Manuel Correia de Jesus

Vânia Jesus

Hugo Velosa